

0422081-21.1997.8.2.6.0053	Ministério Público do Estado de São Paulo	Loteamento/parcelamento. Ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado em face dos responsáveis pelos loteamentos clandestinos denominados <b>Jardim Vitória I e II</b> , implantados em terrenos contíguos no distrito de Guaianazes, bem como em face do Município de São Paulo.	Cumprimento de sentença sob nº 0039370-94.2018.8.26.0053
0422515-73.1998.8.2.6.0053	Ministério Público do Estado de São Paulo	Loteamento/parcelamento. Ação Civil Pública proposta pelo MP em face da Prefeitura Municipal de São Paulo, a fim de obter provimento jurisdicional que condene a Municipalidade, a realizar obras necessárias à minimização de riscos de desmoronamentos e deslizamentos de terra em área denominada <b>"Jardim Copacabana"</b> , localizada no Subdistrito de Campo Limpo, desta Capital	Em grau de recurso ao Tribunal de Justiça - Seção de Direito Público
0423317-71.1998.8.2.6.0053	Ministério Público do Estado de São Paulo	Regularização do loteamento. Ação civil pública em fase de cumprimento da decisão judicial transitada em julgado em março de 2014, que condenou o Município e a COHAB a regularizar o <b>Conjunto Habitacional Nossa Senhora da Penha</b> ou, na impossibilidade, a desfazer o parcelamento e indenizar os danos urbanísticos e ambientais causados, sob pena de multa diária.	Aguardando carga para o Ministério Público.
0424086-16.1997.8.2.6.0053	Ministério Público do Estado de São Paulo	Loteamento/parcelamento. Demanda ajuizada pelo MP em face do Município de São Paulo e outros em razão de loteamento <b>"Jardim Três Poderes"</b> irregularmente implantado pelos corréus particulares.	Em grau de recurso ao Tribunal de Justiça - Seção de Direito Público
0426190-10.1999.8.2.6.0053	Ministério Público do Estado de São Paulo	Indenização por danos urbanísticos e ambientais. Trata-se de cumprimento de decisão judicial julgada parcialmente procedente para condenar o Município a exercer atos de fiscalização para coibir a implantação do loteamento <b>Jardim Alto Alegre</b> , sob pena de multa diária.	Vista ao Ministério Público.

0517264-72.1997.8.2.6.0100	Ministério Público do Estado de São Paulo	Loteamento/parcelamento- <b>Jardim Rodolfo Pirani</b> .	Vista dos autos aos credores.
0525835-81.1994.8.2.6.0053	Ministério Público do Estado de São Paulo	Loteamento/parcelamento. Loteamento clandestino implantado em área de proteção aos mananciais hídricos. <b>Chácara Santa Maria/Estrada da Lagoa</b> . Loteadores não são os proprietários da gleba. Pedido de condenação dos réus na adequação do parcelamento às normas legais.	Remetido os Autos à Minuta.
0732139-44.1998.8.2.6.0100	Ministério Público do Estado de São Paulo	Loteamento/parcelamento. Parcelamento <b>Jardim Pabreu-Praia</b> . Acordo para a regularização da área. Prazo de cumprimento vencido. Sucessivas prorrogações já expiradas. Pena de multa por descumprimento ou atraso: R\$ 5.000,00 por dia.	Prazo de 60 dias concedido ao Ministério Público.
1002234-51.2015.8.2.6.0053	Ministério Público do Estado de São Paulo	Obrigação de fazer. Ação civil pública que move o Ministério Público contra o <b>Grêmio Gaviões da Fiel Torcida Força Independente e Outros</b> , por onde requer obrigação de não fazer consistente em se abster de realizar atividades que emitam sons e ruídos acima dos níveis que faz indicar; exigir alvarás de funcionamento e cumprimento de lei municipal;	Sentença julgando improcedente o pedido.
1002452-16.2014.8.2.6.0053	Ministério Público do Estado de São Paulo	Matéria ambiental. Ocupação irregular de imóvel em área de proteção de Mananciais situado na Estrada do Itaim atual Estrada Professor Hermógenes de Freitas Leitão Filho, Parelheiros, nesta Capital, nomeado de <b>Jardim São Norberto</b> .	Manifestação do Ministério Público acerca dos honorários periciais.
1005714-37.2015.8.2.6.0053	Ministério Público do Estado de São Paulo	Obrigação de fazer. Ação civil pública ajuizada pelo MP do Estado em face do Município de São Paulo em razão de parcelamento irregular do solo implantado por particulares, loteadores e invasores da gleba. <b>Recanto Alegre - Sítio São Fidelis</b> .	Aguardando julgamento de recurso.
1009030-29.2013.8.2.6.0053	Ministério Público do Estado de São Paulo	Obrigação de fazer. Remoção de famílias área de risco e cadastro em programa habitacional. Risco Geológico de Alto risco. Rua Alda, da Saúde. Vargem Grande,	Aguardando sentença.

		Eldorado, na SP/AD. <b>MORRO DOS MACACOS</b> - Setor 46.	
1009924-29.2018.8.2.6.0053	Ministério Público do Estado de São Paulo	A presente ação decorre de inquérito civil aberto para aferir a adequação da <b>Biblioteca Municipal Cora Coralina</b> ao Decreto Estadual 56.819/2011, considerando não possuir AVCB	Prazo para manifestação do Ministério Público.
1011866-38.2014.8.2.6.0053	Defensoria Pública do Estado de São Paulo	Loteamento/parcelamento. Ação Civil Pública movido por Defensoria Pública do Estado de São Paulo em face de Prefeitura do Município de São Paulo e outro pretendendo a determinação de realização de obras urgentes na <b>comunidade Chácara Progresso</b> .	Cumprimento Provisório de Sentença sob nº 0022313-63.2018.8.26.0053
1011999-75.2017.8.2.6.0053	Ministério Público do Estado de São Paulo	Dano ambiental. Ação proposta pelo MP com o objetivo de "apurar dano ambiental, consistente em dano à flora e outros recursos naturais, decorrente de aprovação de projeto de empreendimento habitacional localizado em área ambientalmente protegida localizada no <b>Jardim Guedala</b> .	Decisão que não conhece de embargos.
1012258-12.2013.8.2.6.0053	Ministério Público do Estado de São Paulo	Loteamento/parcelamento. Ação civil pública proposta com o objetivo de condenar a Municipalidade na obrigação de fazer consistente no cadastramento das edificações e moradores, prestação de assistência habitacional provisória, remoção, alojamento em abrigo temporário adequado ou prestação de assistência habitacional. <b>Sítio Guapira</b> , com entrada pela Rua Gabriel Ribeiro, Vila Nova Galvão	Acórdão negando provimento ao recurso.
1012886-30.2015.8.2.6.0053	Ministério Público do Estado de São Paulo	Obrigação de fazer. Ação proposta pelo MP com vistas à obtenção de provimento que obrigue a Municipalidade a julgar, em 180 (cento e oitenta) dias, todos os processos instaurados com fundamento na Lei 13.558/2000 (Lei de Anistia).	Processo encaminhado para o STJ.

1012986-77.2018.8.2.6.0053	Ministério Público do Estado de São Paulo	Ação civil pública ajuizada pelo MP em face da Municipalidade de São Paulo e da Câmara Municipal de São Paulo, versando sobre Inquérito Civil nº MP 14.0279.0000399/2017-5 que tem por objeto "proposta de alteração da Lei de Zoneamento – Lei Municipal nº 16.402/16".	Manifestação da Municipalidade apresentando rol de testemunhas.
1013238-51.2016.8.2.6.0053	Ministério Público do Estado de São Paulo	Obrigação de fazer. Ação civil pública proposta em face da Prefeitura do Município de São Paulo, da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo e da Associação de Moradores Jardim Bela Vista, objetiva a condenação solidária das Requeridas, na obrigação de fazer de no prazo de seis meses, sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00.	Embargos de declaração.
1013241-06.2016.8.2.6.0053	Ministério Público do Estado de São Paulo	Obrigação de fazer. Ação civil pública ajuizada pelo MP em face do Município de São Paulo, em que aduz-se que a <b>Santa Casa de Misericórdia de São Paulo</b> ("Hospital Central") funciona sem o devido alvará de funcionamento e sem AVCB. Requer sejam expedidos correspondentes documentos.	Em grau de recurso ao Tribunal de Justiça - Seção de Direito Público
1013691-80.2015.8.2.6.0053	Ministério Público do Estado de São Paulo	Obrigação de fazer. MP ingressa com ação contra Município e Uniradial pretendendo interdição de estabelecimento de ensino alegando ausência de licença de funcionamento e ocupação de área de manancial. Avenida Jangadeiro, n 11.	Mandado devolvido cumprido positivo.
1014348-56.2014.8.2.6.0053	Ministério Público do Estado de São Paulo	Ação proposta em face MAC Otacilio Empreendimentos Imobiliários Ltda. e em face da Municipalidade de São Paulo. Afirma o MP que empreendimento em tela obteve alvará de aprovação e execução de edificação nova ( <b>Condomínio Passeio do Bosque - Bonfiglioli</b> ) sem a prévia expedição de certidão de diretrizes com a consequente elaboração de EIV/RIV.	Sentença declarando o processo extinto sem resolução do mérito com base no art. 485, VI, CPC
1015357-82.2016.8.2.6.0053	Ministério Público do Estado de São Paulo	Obrigação de fazer. Ação Civil Pública movida pelo MP em face da Casa da Melhor Idade Vida Plena e Outros que tem	Mandado devolvido cumprido positivo.